

O esbanjamento de dinheiro após 1964

Otávio Tirso de Andrade

Após surpreender os brasileiros com a imposição de um novo imposto, tramado secretamente nas lonjuras do planalto central, o senhor Delfim Neto declarou que a inflação é obra dos homens. É mesmo. Mas o titular do Planejamento esqueceu-se de acrescentar que, no caso brasileiro, a inflação é obra dos homens no poder.

Não escrevo governo, apenas, muito de propósito. O Poder Executivo é o maior responsável pelo malbarato dos dinheiros públicos, bem sabemos. Porém os senhores do Poder Legislativo também tomam parte no indecoroso regaço. Até parece que as pessoas pleiteiam cargos eletivos, hoje em dia, com a única finalidade de arrastar a parentela à comilança das verbas de pessoal. As famílias legítimas e ilegítimas de quem se apossoou do Executivo e conquistou o Legislativo empanturram-se com sinecuras; e vêm todos em bando, alegremente, saciar no comércio as demandas reprimidas. Aos cidadãos comuns os preços de bens e utilidades tornam-se, assim, inacessíveis.

Nunca um regime anemiou tanto as promessas que o fizeram possível quanto o da série de presidentes da República designados surgida a partir de 1964. As preocupações moralizadoras originais evaporam-se como água ao sol do deserto. Sinais exteriores de riqueza salpicam o cenário da administração pública, onde famintos de ontem passaram a tomar café na cama e a considerar não haver almoço quando o mordomo pago pelo Tesouro Nacional falta-lhes, nas colações gratuitas, com o "feuilletés d'asperges" e o "gâteau de foie blancs au coulis d'écailles" que conhecem em viagens à Europa estipendiadas com fundos oficiais.

O clima é do compadrio generalizado. A república islamiza-se no afã de ultrapassar em opulência a cípula dos sheiks do petróleo. A sombra úmida onde vicejam os cogumelos do proxenetismo, do jogo do bicho e do tráfego de tóxicos libera para a publicidade os bárões do vício. Apregando altos parentescos e sob o escudo de propinas incomensuráveis os bandos ousam até travestir-se em empresários e se dizem mobilizados na luta contra o desemprego...

O escárnio não suscita indignação. Haveria de suscitar por que? A Caixa também não se tornou exploradora de jogos de azar?

Até a pudibunda porta-voz do moralismo pequeno-burguês, a sra. Sandra Cavalcanti, candidata do Governo Federal contra o "sistema Chagas Freitas, omite-se na condenação ao "jogo do bicho". Pudera... O que seria de esperar do inconcebível e intransitável conubio entre lacerdismo e petebismo engendrado pelas honradas matronas que presidem aos dois ajuntamentos? A política esvaziada de substância moral é politcalha. Atentem a essa circunstância os elementos da burguesia que, justamente atemorizados com a chapa do sr. Miro Teixeira, aprestam-se a enfiar o pescoco no laço armado pela competente oportunista.

A opinião pública

Os espólios getulistas e lacerdistas decomiseram-se. Agitam-se, ainda, à maneira de espajar-se do monstro pegajoso em que o polonês Andrzej Zulawski transformou o amante assassinado no filme "Obsessão". Essa é a triste verdade.

O terreno eleitoral espelha a falta de escrúpulos que se notá na vida pública. Até 1964 os governos do Brasil independente se preocuparam com a verdade do voto. Ao tempo do Império os estadistas do regime parlamentar nunca a perderam de vista. A intervenção do Poder Moderador na alternância de Gabinetes, suscitando muita vez protestos indignados, sempre se fez com o intuito de atender a reclamações da opinião pública. Ao derubar "saquaremas" e elevar "luzias" ou a atuar em sentido contrá-

rio o grande patriota que foi o benemerito Sr. D. Pedro II nunca faltou ao propósito de ter o governo identificado com os desejos da Nação. A República Velha instituída pelos militares do 15 de novembro foi o regime da "ata falsa" e do "reconhecimento de poderes". Mas não houve governante daquele tempo que tivesse o cinismo de apregoar "pragmaticamente" as excelências das práticas deploráveis. Antes até, muitos as combatiam na tribuna parlamentar, na imprensa e mesmo no Governo. Uma das mais poderosas alavancas que empurram o sr. Getúlio Vargas para o Catete foi a reivindicação da autenticidade do voto. Após a Revolução Constitucionalista de 1932 o regime aperfeiçoou-se e os brasileiros puderam ter eleições geralmente consideradas limpas, antes e depois do Estado Novo.

O "sistema" de Presidentes da República designados mandou tudo isso aos arquivos históricos. O "pragmatismo" que mataria de vergonha a William James, se o conhecesse, perva os mais circunspectos gabinetes e tribunais. Acho que em tais cenáculos se alguém falar em assegurar a força do voto livre levará imediatamente um tapa na boca. A palavra de ordem é engendrar "casuismos" que permitam a "eleição" de cunhadas do oficialismo mesmo que contra eles se levante a uníssona voz da Nação. Os alfaiates de Brasília tentam trajar de lorde inglês o grotesco partido político do governo, essa figura disforme que tem o pulso direito ligado diretamente ao ombro e o braço esquerdo prolongado até o artelho... Tarefa difícil, convenhamos.

Mas é na gestão dos dinheiros públicos que o "sistema" dos Presidentes da República designados porta-se com a maior incompetência e desidio. O esbanjamento é generalizado. Ao falar há pouco na Escola Superior de Guerra, o sr. Carlos Langoni disse: "Não há dúvida de que grande parte do problema inflacionário está intimamente ligado à questão do déficit público e à questão do peso excessivo do setor público na economia brasileira".

Já mostrei em artigo assinado, publicado no Jornal do Brasil no dia 8 de março de 82, que o Brasil consumiu créditos superiores aos recursos mobilizados pelo Plano Marshall. A dilapidação ocorreu sob esse "sistema" de Presidentes da República designados.

Vejam agora mais outra prova do indecoro malbarato de dinheiros do povo brasileiro. No dia 2 de junho de 1980 comentei em artigo intitulado "Caderno de Notas" (JB) os imensos prejuízos de uma **trading** comandada pelo Banco do Brasil, a Cobec. Mostrava eu, então, com o balanço da empresa em mãos, que seus administradores haviam perdido 62 milhões de dólares. As dívidas dessa casa de negócio oficial somavam "a aterradora cifra de 150 milhões de dólares em 31 de dezembro de 1979".

Um ano depois, a 27 de abril de 1981, em artigo cujo título indagava "Onde anda o governo deste país?" (JB) denunciei que o descalabro prosseguia. A Cobec perdera em um ano MAIS 38 MILHÕES DE DÓLARES, ou seja, adicionara prejuízos ao ritmo alucinante de MAIS DE 2 E MEIO MILHÕES DE DÓLARES POR MÊS (US\$ 2.666.666,66 para ser exato). As dívidas, por sua vez, elevaram-se à respeitável cifra de 180 milhões de dólares.

Além de telegrama de parabéns que recebi com a assinatura de um certo sr. J. Quadros e outros de leitores, não tive notícia da repercussão do artigo citado em círculos oficiais. Mudo estava o governo. Mudo ficou. Os felizes recebedores dos prejuízos da Cobec continuaram a lambuzar-se com os dólares surrupiados aos pobres.

O balanço do exercício de 1981 foi publicado no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro no dia 19 de março de 1982. A bambochata con-

tinua. Tornou-se até mais intensa. Leia-se isto: "O sistema COBEC, em decorrência do déficit nas subsidiárias no Exterior, responsáveis pela execução dessas operações, (as operações de trading, evidentemente...) APRESENTOU PREJUÍZO DA ORDEM DE 142 MILHÕES DE DÓLARES". A COBEC ainda aumentou capital, reavaliou ativos e manipulou o balanço de forma a dar lucro em cruzeiros! Um escárnio. As dívidas aumentaram também. A imprensa noticiou que os aviões Super-Etandard custam em torno de dez milhões de dólares cada um. Os mísseis Exocet saem a 250 mil dólares na fábrica. A inefável COBEC derrubou, sozinha, uma esquadilha de 14 Super-Etandard equipada com vários Exocet!... Mais eficaz do que a artilharia inglesa, como vemos!

Além da COBEC o Banco do Brasil tem sob sua responsabilidade os financiamentos agrícolas que geraram o sangrento escândalo da mando, bilhões de cruzeiros malbaratados! Ainda há a questão de avais pagos pelo Banco a empréstimos contraídos no exterior "até por pessoas físicas", ao que noticiaram os jornais. O sr. Collin preside ao Banco do Brasil e o Ministro Galvás, da Fazenda, é o chefe hierárquico do Presidente do Banco, permito-me lembrar ao respeitável público. Ambos podem ser chamados a ordem pelo sr. Presidente da República. Mas não são...

Criminoso esbanjamento

Ao tempo da República Federal o sr. Carlos Lacerda ateou fogo ao País brandindo umas notas promissórias que o também falecido sr. Samuel Wainer havia descontado no Banco do Brasil para fazer o seu jornal Última Hora. A "banda de m-

sica" da UDN bruniu os seus metais. e saiu correndo da Câmara dos Deputados, pela rua 1º de Março, no Rio de Janeiro, para invadir uma assembleia do Banco e chamar todo mundo de ladrão por causa das insignificantes operações.

Os resultados da campanha que então se iniciou com o sr. Getúlio Vargas no cemitério e a UDN

no "neo-Estado Novo" de sua confecção. Agora os sobreviventes da ban-

da de música dormitam e arrotam em sinecuras sortidas...

O criminoso esban-

jamento promovido pela corrupta estat-

acria que se apos-

sou do governo tor-

na da maior atualida-

de a sugestão do pro-

fessor Caio Táctico, no

decorrer do simpósio

sobre o Tribunal de

Contas e sua Jurisdição, no sentido

de ser criada uma Corregedoria Geral das Empresas Estatais. Não

poderiam os senhores congressistas fazer uma pausa na confecção

de listas de parentes a serem no-

meados para ler as conclusões do

simpósio e ajudarem a estrutura-

ção desse órgão importantíssimo?

Ainda sobre o mesmo assunto per-

mito-me chamar a atenção dos con-

gressistas honestos — que os há, os

há, felizmente — para a conferê-

ncia do professor Manuel de Olivei-

ra Franco Sobrinho sobre o tema:

"Tribunal de Contas: órgão ou

poder?"

Erros imensos

A reforma democrática que o Brasil exige tem de ocorrer com rigorosa abstinência de golpes e quarteladas. O sistema de Presidentes da República designados e os erros imensos que cometem são a prova irrefutável de que o pro-

cesso da aperfeiçoamento das ins-

tituições não deve sofrer solução

de continuidade para poder efeti-

var-se. O frustado movimento també-

ensinou que não há elite, pelo me-

nos entre nós, capaz de substituir-

se com vantagem à manifestação

do eleitorado.

A democracia exige que a imposi-
ção de impostos seja feita com a prévia autorização dos que deve-
rão pagá-lo ("No taxation without
representation" é a regra basilar
dos regimes democráticos desde o
século XIII!), eleições limpas, o
Congresso Nacional restaurado em
sua prerrogativas e Poder Judi-
ciário forte e independente além
de expurgado de ignorantes e pusi-
lâminas.

O decreto-lei que instituiu o "Fundo de Investimento Social" não é o primeiro nem será o último em uma série de "ukases" inconce-
bíveis em regime que se diz em
fase de abertura. Na verdade é
parte da conta apresentada ao País
pelo governo para atender aos im-
produtivos projetos faraônicos e
preencher os buracos na caixa do
Tesouro. Ao desaparecer no maga-
lha das contas públicas, o "Finsocial"
irá pagar o déficit do comér-
cio com a Polônia — um bilhão e
500 milhões de dólares! —, os novos
déficits no intercâmbio com Ango-
la e Moçambique —, talvez 500 mi-
lhões de dólares em conjunto — o
estouro das contas da Previdência
e os desequilíbrios provocados na
Tesouraria do BNDE por emprésti-
mos a taxas fixas inferiores à infla-
ção...

O governo poderá prescindir do Finsocial e outros que virão por aí se imprimir dinheiro correspondente à arrecadação esperada. Mas como todos compreenderão, facilmente, o cruzeiro se aviltaria então a tal ponto que o cafezinho estaria em pouco a ser pago com moedas de cinco mil cruzeiros. Quer isto dizer que não há alternativa? Tere-
mos que suportar o dilema — im-
posto escorchanter ou inflação a galope? NÃO! HÁ ALTERNATIVA SIM, A ÚNICA, DE RESTO, POSSI-
VEL, E QUE O GOVERNO TEIMA EM NÃO ADOTAR!

A alternativa é a firme decisão de pôr um ponto final ao desperdi-
cio, à malversação. É a limitação
do programa nuclear a uma ou
duas usinas inevitáveis. (Já não
basta ter uma pronta, sem poder
funcionar?) É fechar as Cobec com
suas pompas e suas glórias.

É tornar a política externa au-
tenticamente pragmática e não

onerosamente terceiro "mundista". É fazer a Petrobrás verdadeiramente nossa e não mais permitir que o insuportável monopólio trate ao Brasil como colônia sua, para glória e lucro (vejam as gratificações anuais) da camarilha que a explora...

A defesa nacional

O leitor dirá consigo mesmo, a esta altura do artigo: esse camara-
da é maluco! Imagine fazer o que ele propõe! Pois ao leitor que assim terá pensado respondo que louco varrido será quem supuser possível continuar as coisas como estão! A guerra no Atlântico Sul veio mostrar que o sistema de Presidentes da República designados descurou, como nenhum outro regime, as questões atinentes à defesa nacional. Um importantíssimo estudo publicado pelo coronel Alberto Bandeira de Queiroz, na revista Segurança e Desenvolvimento, nº 189, sob o título "O valor das despesas militares", mostra que o Brasil consome 1% do PNB com as suas Forças Armadas, a Argentina 2,2%, o Chile 6,5%, Cuba 6,5%, o Peru 3,3%, a Venezuela, 1,7%. Evidentemente, com aviões Tupolev a cruzarem o Atlântico Sul em todas as direções — partidos de bases africanas — e após o "show" bélico da Argentina e da Grã-Bretanha nas Falklands houve um mínimo de equipamento que as Forças Armadas nacionais reclamaram com urgência. Não será possível atendê-las com novos empréstimos exter-
nos — não se dilapidam Planos Marshall impunemente — nem à custa de "Finsociais". Mas como é imprescindível reequipá-las, o di-
nheiro para a empreitada terá de ser buscado onde existe: nas esta-
rais a serem vendidas a toque de caixa propriamente dito e no en-
cerramento categórico e imperme-
diável das aventuras "à polonesa", à Previdência" e outras que tais.

Ou seja, por outras palavras, pondo fim à estatocracia corrupta e perdidária! A não ser que o sistema de Presidentes da República designados queira também passar à História como o único que faltou completa e irremediavelmente à obrigação de assegurar a defesa do País.

